

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.247 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2001

Jader anuncia medidas para apurar se houve quebra de sigilo e de decoro

Inquérito investigará a possibilidade de violação do sistema eletrônico, que permanecerá lacrado até a conclusão de uma perícia independente. Nesse período, as votações voltarão ao sistema de cédulas. O presidente do Senado baixou outros dois atos visando esclarecer aspectos relacionados com as declarações atribuídas pela revista *IstoÉ* ao senador Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINA 4

Agenda



Bornhausen é autor do projeto que estará na pauta do Senado no dia 6

Senado pode mudar prazo de filiação partidária

PÁGINA 3

Lafer fala no dia 7 sobre disputa com o Canadá

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, deve comparecer ao Senado no dia 7, às 14h30, para prestar esclarecimentos em plenário sobre a disputa comercial com o Canadá, que resultou no embargo à carne brasileira, suspenso na sexta-feira.

PÁGINA 2



Jader comunicou ao Plenário, na sexta-feira, as medidas que decidiu adotar, com respaldo unânime da Mesa



Eurico passou de pobre a milionário, diz ex-conselheiro

Ivon Bernardo Morgado, ex-conselheiro do Vasco da Gama, encaminhou carta à CPI do Futebol afirmando que o atual presidente do clube, deputado federal Eurico Miranda, iniciou sua trajetória profissional no Vasco, em 1976, pobre e endividado e hoje, 24 anos depois, é milionário. O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias, elogiou a decisão do ministro Sydney Sanches, do Supremo Tribunal Federal, de pedir à Polícia Federal que investigue denúncias da CPI contra Eurico Miranda.



Álvaro elogiou decisão de ministro do STF de pedir investigação sobre denúncias da CPI contra Eurico

PÁGINA 3

PSDB prega união e manifesta apoio a Fernando Henrique

PÁGINA 6

Antonio Carlos rompe com governo após demissão de ministros

PÁGINA 6

Eduardo Jorge quer entregar dados bancários de 94 e 98

Promessa de apresentar extratos bancários foi feita pelo advogado José Gerardo Grossi, que representa o ex-secretário-geral da Presidência da República.

PÁGINA 4



Grossi entregou carta de Eduardo Jorge à Presidência do Senado prometendo divulgar extratos bancários



Celso Lafer abordará as questões da carne e da indústria aeronáutica

Lafer falará ao Senado sobre disputa com o Canadá

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, deverá comparecer ao Senado no próximo dia 7, às 14h30, para prestar esclarecimentos, em plenário, sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, suspenso sexta-feira. O convite ao ministro foi proposto em requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES), aprovado pelo Plenário durante a convocação extraordinária.

Sob o argumento de que o rebanho brasileiro estaria sujeito a contaminação pelo mal da vaca louca, o Canadá suspendeu a compra da carne produzida no Brasil. A medida foi seguida pelo México e Estados Unidos, causando prejuízos que, segundo a Sociedade Rural Brasileira, somaram cerca de R\$ 7 bilhões.

No dia 7, Lafer deve falar ainda sobre o impasse entre o Brasil e o Canadá envolvendo subsídios dos governos dos dois países à indústria aeronáutica. O governo canadense moveu processo contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), alegando que o governo brasileiro ofereceu subsídios à Embraer, que concorre no mercado internacional com a canadense Bombardier. O Brasil foi condenado a pagar multa ao Canadá, porém denunciou em seguida que o Canadá vem oferecendo diversos tipos de incentivo à produção de aviões.

Jader: Plenário é que vai decidir se quebra sigilo de Eduardo Jorge

Presidente do Senado esclarece que não cabe a ele a decisão final sobre o requerimento apresentado por José Eduardo Dutra

O presidente do Senado, Jader Barbalho, esclareceu sexta-feira que não caberá a ele, e sim ao Plenário da Casa, a decisão final sobre o requerimento de quebra de sigilo bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Jader explicou que deferiu pessoalmente, e de imediato, os requerimentos dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Renan Calheiros (PMDB-AL), porque, como não se tratava de quebra de sigilo, não havia exigência de tal procedimento.

Segundo o senador, Eduardo Jorge

exerceu um direito seu ao tomar a iniciativa de oferecer ao Senado informações que considera convenientes. Comentando a interpretação de que a motivação do ex-secretário seria evitar a constituição de uma CPI, Jader assinalou que a formação de uma comissão desse tipo depende da vontade do número de parlamentares exigido pela Constituição.

Jader confirmou que pretende realizar "algumas alterações" na direção do Senado, mas somente a partir da próxima semana, pois por enquanto está voltado para a comissão de inquérito destinada a averiguar a possibilidade de quebra de sigilo no painel eletrônico da Casa.

Ele anunciou ter solicitado aos líderes a indicação de representantes para acompanhar o trabalho, garantindo assim a transparência de todo o processo.

O senador considerou "uma deselegância" frase atribuída ao senador Antonio Carlos Magalhães, comparando o PMDB a "um condomínio sem reputação".

— Isso é uma deselegância. Seria como dizer que ele se elegeu fraudulentamente senador da República, coisa que eu de forma alguma faria. Há uma acusação, acho que é despropositada; eu acho que ele se elegeu, mas há quem diga que quem se elegeu foi Waldir Pires. Mas eu não encampo isso — afirmou.

Nabor discorda da incorporação de oito municípios pelo Acre

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) manifestou sua discordância da intenção do governador do Acre, Jorge Viana (PT), de incorporar ao estado oito municípios hoje pertencentes ao Amazonas. Em discurso proferido da tribuna na sexta-feira, o parlamentar lamentou a "posição unilateral e isolada" do governador, tomada "sem consultar ninguém".

— É como querer incorporar uma parte da propriedade de seu vizinho sem consultá-lo — afirmou Nabor, lembrando que nem o governo do Amazonas foi ouvido.

O representante do Acre informou que os municípios pretendidos pelo governador são Atalaia do Norte, Boca do Acre, Eirunepé, Envira, Guajará, Ipixuna, Jurupani e Pauni. Ele leu reportagem publicada pela revista *Época*, de 12 fevereiro, que trata do assunto.

A reportagem informa que o Acre passaria a contar com 253 mil quilômetros quadrados, aumentando em dois terços seu atual território. Já o

Amazonas perderia um décimo de seu 1,57 milhão de km² em favor do estado vizinho.

— É preciso saber se o estado tem condições de assumir a responsabilidade pela manutenção de mais oito municípios, quando é conhecida a carência dos 22 municípios hoje existentes — afirmou o senador.

Nabor lembrou ainda que a Constituição prevê que o desmembramento e a incorporação dos municípios devem ser precedidos de plebiscito, em consulta popular não somente à população das oito cidades envolvidas, mas também a todos os habitantes dos dois estados.

A revista informa que o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, reconhece a impossibilidade de seu estado prestar a assistência necessária a esses municípios. Mas admitiria apenas a proposta do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que cria os territórios federais do Alto Solimões, do Juruá e do Rio Negro. Esses territórios, segundo



Nabor Júnior: "É como querer incorporar uma parte da propriedade de seu vizinho sem consultá-lo"

Nabor Júnior, seriam embriões de futuros estados, como aconteceu com o próprio Acre.

Para o senador, a ideia de incorporação dos oito municípios ao estado "é totalmente irrealizável".

— Ela não se coaduna com nossa realidade econômica, social e geográfica. Alguns municípios ficam bem distantes da fronteira. Boca do Acre e Guajará não, mas os outros ficam distantes — disse Nabor.

Uma discussão mais ampla sobre o assunto evitaria erros recentes, como na disputa com Rondônia pelos municípios de Nova Califórnia e Extrema. Quando era governador do Acre, relatou Nabor Júnior, ele realizou vários investimentos nas duas cidades que acabaram, por decisão do Supremo Tribunal Federal, subordinadas a Rondônia.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Terça-feira (06/3)

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 187/99, modifica a Lei nº 9.096, de 1995, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PDL nº 213/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Humbiará (GO); PDL nº 242/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itupeva para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itupeva (SP); e Requerimento nº 15/2001, solicita a tramitação conjunta do PLS nº 252/2000 (dispõe sobre o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais), com os de nºs 151 e 353, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre o mesmo assunto.

Quarta-feira (07/3)

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 113/2000, altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada; PDL nº 22/2000, aprova o ato que outorga concessão à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Abaetetuba (PA); PDL nº 122/2000, aprova o ato que outorga permissão à Rádio Debie para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivaiporã (PR); e Requerimento nº 17/2001, solicita a tramitação conjunta da PEC nº 39, de 2000, com as de nºs 29 e 39, de 1999, que já se encontram apensadas, por versarem sobre o mesmo assunto.

Quinta-feira (08/3)

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 18/99, convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 115/96, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rondonópolis (MT); PDL nº 1/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Patense de Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Patos de Minas (MG); PDL nº 27/2000, aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Emissora Metropolitana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro (RJ); PDL nº 111/2000, aprova o ato que outorga concessão à Rádio Princesa das Matas para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Viçosa (AL); PDL nº 202/2000, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília (DF); e Requerimento nº 18/2001, solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 664 e 688, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira (09/3)

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (06/3)

Após Ordem do dia — CPI do Futebol

Pauta: Depoimentos do deputado Robson Tuma e do ex-deputado estadual José Francisco Velloso, que presidiu a CPI destinada a investigar a evasão de renda nos estádios de futebol, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 1994.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota dia 6 prazo de filiação partidária

Projeto já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania exige que candidatos originários de outras agremiações estejam filiados ao novo partido há pelo menos quatro anos para disputarem cargos eletivos

O projeto que estimula a fidelidade partidária entra em pauta na próxima semana, informou sexta-feira em plenário o presidente do Senado, Jader Barbalho. Apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o projeto, que será apreciado na sessão do dia 6 de março, fixa prazo mínimo de quatro anos de filiação aos candidatos que já tenham pertencido a outro partido.

Essa medida torna praticamente impossível a troca de legendas por todos os eleitos que desejarem se candidatar ao pleito seguinte. As únicas exceções previstas pela proposta são para os detentores de mandato que participem do processo de criação de um novo partido e para os que



Jader Barbalho chamou a atenção dos senadores para a importância do assunto

estiverem envolvidos em casos de fusão de agremiações ou incorporação de uma legenda por outra. Os candidatos ligados a seu primeiro partido deverão estar filiados por um ano.

Jader, que já havia apontado a reforma política como um dos temas prioritários de sua gestão, voltou a enfatizar a importância do assunto ao final da sessão de sexta-feira. "Desejo chamar a atenção da Casa para essa discussão", afirmou o presidente do Senado.

Na justificativa de seu projeto, Bornhausen afirma que a disciplina partidária exige um mínimo de identidade na relação entre o candidato e seu partido. "Essas condições só podem ser obtidas se houver limitação ao troca-troca de partido que ocorre entre os eleitos, mormente no início das legislaturas, mediante negociações que depõem contra toda a classe política e as nossas instituições", observa o senador.

O projeto foi aprovado por 13 votos a dois em novembro do ano passado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após uma longa discussão. Ao defender sua proposta, Bornhausen lembrou então aos integrantes da comissão as 143 trocas de partido realizadas por candidatos eleitos em 1998. "Essas trocas desmoralizam a classe política", sustentou.

O relator da proposta, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), afirmou durante o debate na comissão que as mudanças de partido são feitas pelos candidatos eleitos sem consulta aos eleitores. "Dessa forma, os eleitores escolhem, mas não decidem", disse o senador. O projeto foi aprovado em caráter terminativo pela CCJ,

mas foi apresentado um recurso junto à Mesa para que o texto também seja apreciado pelo Plenário, antes de seguir para a Câmara.

No dia 7, será votado projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que torna inelegíveis os candidatos com prestações de contas de gastos de campanha rejeitadas pela Justiça.

A inelegibilidade, de acordo com a proposta, valerá tanto para a eleição na qual o candidato tenha sido diplomado quanto para as que se realizarem nos três anos seguintes. Na justificativa de seu projeto, Mendes diz que não há notícia de punição de candidatos, eleitos ou não, por irregularidades observadas em contas referentes a campanhas eleitorais.

Ex-conselheiro do Vasco diz que Eurico passou de pobre a milionário

O ex-conselheiro do Vasco da Gama Ivon Bernardo Morgado encaminhou carta à CPI do Futebol afirmando que o atual presidente do clube, o deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), iniciou sua trajetória profissional no Vasco, em 1976, pobre e endividado, e hoje, 24 anos depois, é milionário. Morgado também enviou cópia de atestado médico para comprovar o motivo de sua ausência à sessão de 21 de fevereiro, data em que deveria ter prestado depoimento. No documento, Ivon Morgado diz que conhece Eurico Miranda desde 1975, quando o atual deputado o visitava para pedir dinheiro emprestado. Um ano depois, segundo o ex-conselheiro do Vasco, formaram, com outros sócios do Vasco, chapa de oposição para concorrer à eleição do clube. "Eurico aproveitou-se do relacionamento da campanha e conseguiu o emprego de gerente da Besouro Consórcio, por intermédio de Olavo Monteiro de Carvalho, de maneira sutil", afirma.

Na eleição de 1979, segundo o documento assinado por Morgado, Eurico Miranda assumiu o controle do fundo de campanha e não prestou contas. A chapa apoiada pelo deputado venceu a eleição e ele escolheu o cargo de assessor do presidente eleito, Alberto Pires Ribeiro. Ainda de acordo com o conselheiro, em 1982 Antonio Soares Calçada foi eleito presidente, concorrendo contra Agathyrno da Silva Gomes e o próprio Eurico Miranda. "Surpreendentemente, Eurico foi convidado por Calçada para o cargo de vice-presidente de futebol", escreveu Morgado. A relação entre Eurico Miranda e Antonio Soares Calçada no Vasco da Gama, informa Morgado na carta, iniciou-se em 1979. "Eurico finge que serve ao Vasco, mas na realidade é o inverso que acontece. Pela sua incompetência, prepotência, truculência, grosseria e mentiras, não é difícil prever as dificuldades que o clube passará durante a sua administração", avaliou.

Álvaro elogia abertura de inquérito para apurar atos de Eurico Miranda

O presidente da CPI do Senado que investiga irregularidades no futebol brasileiro, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), elogiou na tarde de sexta-feira a decisão do ministro Sydney Sanches, do Supremo Tribunal Federal, de pedir à Polícia Federal que investigue denúncias da CPI contra o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), presidente do Vasco da Gama. A comissão pediu, no último dia 13, à Procuradoria-Geral da República que examinasse dados já levantados pelos senadores e solicitasse ao STF investigações, pois foram encontrados indícios de fraude cambial e outras irregularidades.

— A decisão do Supremo mostra que os procedimentos da CPI estão corretos — afirmou Álvaro Dias.

Conforme nota à imprensa distri-



Álvaro Dias: "A decisão do STF mostra que os procedimentos da CPI estão corretos"

buída pelo STF, Sanches autorizou a abertura de inquérito penal contra Eurico Miranda por "suposta prática dos crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro". Atendendo ainda à solicitação do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o ministro ordenou também a quebra dos

sigilos fiscal e bancário do presidente do Vasco e de sua mulher, Sylvia, a partir de 1995.

No despacho, ele considerou "satisfatoriamente fundamentados" todos os requerimentos do procurador-geral, que usou as informações da CPI do Senado. O despacho determina a expedição de ofícios e carta rogatória para que seja ouvido pela Justiça norte-americana Geraldo Vazquez, com a finalidade de esclarecer sua ligação com Eurico Miranda. À Justiça dos EUA caberá também pedir explicações sobre a origem do dinheiro empregado nas compras dos bens em nome das empresas Lolo Investments e Lolo of Florida, que seriam de propriedade do deputado em Miami. A Polícia Federal terá 60 dias para suas diligências.

CPI investigará depósito em conta bancária

O deputado federal Robson Tuma (PFL-SP) e o ex-deputado estadual José Francisco Veloso (RJ) vão depor dia 6 de março na CPI do Futebol. Tuma, que foi sub-relator da CPI do Narcotráfico, falará sobre a descoberta de lavagem de dinheiro no futebol.

José Francisco Velo-



Althoff pediu o material apurado pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro

so, que em 1994 presidiu uma CPI na Assembléia do Rio sobre a evasão de renda nos estádios de futebol, falará sobre os resultados da apuração feita pelos deputados. Já foi aprovado requerimento do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), solicitando as atas de to-

das as reuniões e as cópias dos depoimentos recolhidos pela CPI presidida por Veloso.

No dia 8 de março, a CPI ouvirá o funcionário do Departamento de Futebol Aremithas José de Lima e o ex-presidente Antonio Soares Calçada, ambos do Vasco. Aremithas dará explicações sobre o depósito de R\$ 2 milhões feito pela Vasco Licenciamentos (que administra a parceria do clube com o Bank of America) em sua conta corrente.

Jader baixa atos para apurar denúncias

Documentos determinam investigação com objetivo de verificar se o painel eletrônico é vulnerável à violação de sigilo de votação, se supostas declarações de ACM configuram quebra de decoro parlamentar e se ex-diretor cometeu ilícito

O presidente do Senado, Jader Barbalho, decidiu na manhã de sexta-feira baixar três atos para apurar se o painel eletrônico da Casa é vulnerável a tentativas de violação do sigilo de votação, se as declarações atribuídas pela revista *IstoÉ* ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) configuram eventual quebra de decoro parlamentar e se o ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Fernando Cesar Mesquita cometeu ilícito, no caso de se confirmar ter sido a fonte de divulgação de dados relativos a sigilo bancário e telefônico, também com base em informações da revista paulista. As três medidas foram anunciadas em plenário.

Jader determinou, ainda, que a Diretoria-Geral do Senado contrate uma empresa ou entidade independente com capacidade técnica para realizar perícia no sistema eletrônico de votação da Casa, a fim de dirimir dúvidas levantadas por supostas declarações do senador Antonio Carlos Magalhães a procuradores da República, em Brasília, reproduzidas pela revista *IstoÉ*. Já à Secretaria-Geral da Mesa foi determinado que o sistema eletrônico de votação

seja lacrado a partir de hoje e não seja utilizado até que a Mesa do Senado receba a conclusão da perícia sobre sua possibilidade de violação. Enquanto durar a investigação do painel, as votações voltarão ao sistema de cédulas.

INQUÉRITOS

Dois dos atos foram encaminhados ao primeiro-secretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PPS-PE). Um deles determina a instauração de inquérito para "investigar a possibilidade de existência de vulnerabilidade no sistema de votação eletrônica do Plenário desta Casa, assim como eventual participação dos órgãos responsáveis pelo seu funcionamento, supervisão e manutenção nos eventos noticiados". O outro determina a instauração de processo administrativo disciplinar para esclarecer fatos noticiados pela revista *IstoÉ* e atribuídos ao ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Fernando Cesar Mesquita, "que revela divulgação à imprensa de dados relativos a sigilo bancário e telefônico, o que, em tese, constitui ilícito administrativo, passível de apuração na forma da Lei nº 8.112, de 1990".

Em outro ato, o presidente do Senado decidiu encaminhar à Corregedoria da Casa "o inteiro teor" das matérias jornalísticas veiculadas pela revista *IstoÉ* a respeito de "suposta existência de vulnerabilidade no sistema de votação eletrônica do Plenário desta Casa", para que o corregedor avalie se houve eventual quebra de decoro parlamentar no episódio. Segundo Jader, caso o corregedor encontre elementos que apontem para a quebra de decoro parlamentar, o caso deverá ser encaminhado ao Conselho de Ética do Senado.

Com relação às manifestações de lideranças partidárias a favor de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o episódio, Jader observou que, se a CPI tiver as assinaturas necessárias, na condição de presidente lhe caberá apenas instalá-la. Ele preferiu não emitir opinião antecipada sobre o teor das informações veiculadas pela revista *IstoÉ*, em especial com relação à possibilidade de violação do sigilo do painel eletrônico do Senado, permitindo-se apenas considerar que "por ora, até que a perícia apresente seus resultados, trata-se de uma levandade".



Entre Nabor Júnior (E) e Edison Lobão, Jader anuncia providências diante das denúncias

Comissão de inquérito pede a procurador cópia da gravação

Menos de seis horas depois de nomeado, o presidente da comissão de inquérito que vai investigar possível vulnerabilidade do sistema de votação eletrônica do Senado, Dirceu Teixeira de Matos, enviou ofício ao procurador da República Luiz Francisco de Souza solicitando cópia da gravação de conversa que ele e dois colegas mantiveram com o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O procurador recebeu o ofício na tarde de sexta.

De acordo com a revista *IstoÉ*, Antonio Carlos foi à Procuradoria-Geral da República na última segunda-feira, quando conversou com os procuradores Guilherme Schelb, Eliana Torelly e Luiz Francisco de Souza. Ainda conforme a revista, no encontro o ex-presidente do Senado teria dito que possuía a lista da votação secreta que cassou o então senador Luiz Estevão. A comissão vai investigar se realmente era possível alguém conhecer os votos dos senadores numa votação secreta.

Eduardo Jorge promete entregar extratos de 94 e 98

O advogado José Gerardo Grossi, que defende o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge, entregou na tarde de sexta-feira ao presidente do Senado, Jader Barbalho, uma carta na qual seu cliente se compromete a divulgar os extratos bancários — de suas contas e das de sua esposa — relativos aos anos de 1994 e 1998. De acordo com declarações atribuídas pela revista *IstoÉ* ao senador Antonio Carlos Magalhães, a movimentação bancária de Eduardo Jorge nesses períodos comprometeriam o ex-secretário-geral e o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eduardo Jorge diz na carta que as informações complementarão a movimentação dos anos de 1995, 1996, 1997 e parte de 1998, cujos extratos já teriam sido entregues ao Senado. Além disso, ele esclarece que os dados fiscais — seus e de sua esposa —, relativos ao mesmo período, já foram remetidos ao Ministério Público e ao Senado. O ex-secretário sustenta ter colaborado da maneira mais efetiva com todas as investigações sobre suas possíveis ligações com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

No documento, Eduardo Jorge afirma que as acusações que vêm sofrendo já poderiam ter sido eluci-



Grossi entregou ao Senado carta de Eduardo Jorge comprometendo-se a fornecer os extratos bancários

dadas se o Banco Central tivesse divulgado o resultado do rastreamento dos recursos liberados para a obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. "O Banco Central, contudo, não me entregou até hoje, embora a solicitação reiterada, documento em que se diga que de tal rastreamento não constou o meu nome", explica Eduardo Jorge na carta, solicitando ainda que a Presidência do Senado requisesse o documento.

O advogado José Gerardo Grossi informou, logo após deixar o gabinete de Jader, que Eduardo Jorge vai pedir uma auditoria privada de toda a sua movimentação financeira. O levantamento será feito, conforme o advogado, por um órgão de imprensa, que a seguir irá publicar o resultado das investigações.

Mesa respalda decisões por unanimidade

Assim que tomou conhecimento da reportagem da revista *IstoÉ*, que divulga suposta conversa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com três procuradores da República, o presidente do Senado, Jader Barbalho, convocou reunião da Mesa para discutir as medidas que a Casa deveria tomar acerca do assunto.

Além de Jader, o primeiro-vice-presidente, senador Edison Lobão (PFL-MA), o segundo-vice-presidente, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o primeiro-

secretário, senador Carlos Wilson (PPS-PE), e o segundo-secretário, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), decidiram, na noite de quinta-feira, aprovar por unanimidade as medidas que seriam divulgadas na sessão da manhã de sexta-feira. Os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), terceiro e quarto-secretário, respectivamente, também manifestaram por telefone seu apoio à decisão.

Segundo Antero, Jader recomendou que as medidas deveri-

am ter a sobriedade necessária para evitar que fossem adotadas com base na emoção do momento, confundindo-se com disputas políticas em vez de priorizar a defesa da instituição. Os membros da Mesa, disse o segundo-secretário, foram unânimes no entendimento de que os atos do presidente são indispensáveis para o Senado investigar a possível violação da votação secreta, além de faltas disciplinares que podem ter sido praticadas por servidores da Casa.

Carlos Wilson quer ajuda da Unicamp na investigação

O senador Carlos Wilson (PPS-PE), primeiro-secretário do Senado, afirmou à imprensa na sexta-feira que vai sugerir o apoio técnico da Unicamp à comissão de inquérito encarregada de investigar possível vulnerabilidade do sistema de votação eletrônica do Senado. A comissão, nomeada pela manhã, é integrada por três consultores legislativos da carrei-

ra do Senado: Dirceu Teixeira de Matos, indicado presidente, Wilson Roberto Teodoro e Rubem Martins Amorese.

Também na sexta-feira, o primeiro-secretário do Senado nomeou os três integrantes da comissão que vai apurar se Fernando Cesar Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, vazou para a imprensa dados prote-

gidos por sigilo bancário e fiscal do então senador Luiz Estevão (cassado no ano passado), conforme divulgou a revista *IstoÉ*.

Além de dois consultores legislativos — Wilson Roberto Teodoro e Arlindo Fernando de Oliveira —, a comissão é constituída também de uma advogada, Helena Pereira Guimarães, do quadro do Senado.

Antero de Barros acusa ACM de ser "coveiro da ética"

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), segundo-secretário da Mesa do Senado, repudiou as declarações que teriam sido dadas a membros do Ministério Público pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), conforme reportagem da revista *IstoÉ*. Ele qualificou o senador baiano como



Antero solidarizou-se com todos os alvos das denúncias de ACM

"coveiro da ética" e solidarizou-se com o presidente Fernando Henrique Cardoso, com a senadora Heloísa Helena (PT-AL), com os membros do Judiciário e com o governador Siqueira Campos, todos atingidos pelas declarações.

— É preciso que o governo deixe claro que não vai aceitar mais uma punhalada. Que essa tenha sido a última — advertiu.

Antero aplaudiu as medidas anunciadas pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, que assinou três atos destinados a esclarecer os fatos citados pela revista. Um deles reporta-se ao ex-diretor da Secretaria de Comunicação Social Fernando Cesar Mesquita, que foi criticado por Antero. Segundo o senador, ao passar informações sigilosas sobre as contas bancárias do ex-senador Luiz Estevão, então em processo de cassação, Mesquita teria "provocado constrangimento e forçado a antecipação da sentença".

O senador desqualificou os desmentidos apresentados por Antonio Carlos ao conteúdo da matéria da *IstoÉ*. "Entre o que ACM disse que foi fazer e o que a *IstoÉ* publicou, qualquer criancinha de Mato

Grosso sabe quem está com a verdade. Acreditar na versão dele é o mesmo que acreditar em Papai Noel e na cegonha", disse o senador.

Ele discordou da avaliação de Roberto Requião (PMDB-PR), para quem Antonio Carlos "estaria prestando um grande serviço ao país". Para Antero, as declarações atestam "a ingratidão e a deslealdade que sempre estiveram presentes na vida política do ex-presidente do Senado".

Ao instruir os membros do Ministério Público a pedirem a quebra do sigilo bancário do ex-secretário Eduardo Jorge nos anos de 94 e 98, para "pegar" o próprio presidente da República, Antonio Carlos, para Antero, demonstra que sonou informações à CPI do Judiciário. "Que poder é esse de só encaminhar os assuntos que o interessavam?", perguntou.

Antero considerou "gravíssima" a declaração de Antonio Carlos de que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) teria votado contra a cassação de Luiz Estevão, uma vez que ele só poderia conhecer o voto dela violando o painel eletrônico. E rebateu as acusações contra os ministros Nelson Jobim e Ellen Gracie Northfleet, do Supremo Tribunal Federal, e o governador Siqueira Campos, do Tocantins. Afirmou ainda que "a bandeira da moralidade não fica bem nas mãos de Antonio Carlos Magalhães, cuja escalada política foi toda marcada por atos de traição e oportunismo".

Credibilidade do Ministério Público foi afetada, diz Melo

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que, se forem verdadeiras as gravações da suposta conversa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com três procuradores da República, também o Ministério Público foi gravemente atingido em sua credibilidade.



Geraldo Melo: "Ministério Público não pode usar de métodos criminosos"

— Uma instituição que existe para defender o direito do cidadão não pode usar de métodos criminosos, como gravar conversas com autoridades constituídas e torná-las pú-

blicas — afirmou Melo. Ele classificou como "tristíssimo" todo o episódio. "Criou-se, sem nenhuma razão lógica, uma gravíssima crise institucional, que compromete os três Poderes da República", avaliou, considerando "perfeitas" as providências tomadas pelo presidente do Senado,

Jader Barbalho. "Tem que haver apuração e as votações não podem continuar pelo sistema eletrônico enquanto houver suspeitas sobre sua inviolabilidade", ressaltou.

Jader afirma que ministérios devem continuar com o PFL

Para o presidente do Senado, o espaço aberto pela demissão dos ministros Waldeck Ornélas e Rodolpho Tourinho "continua pertencendo" ao partido

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse, em entrevista concedida na manhã de sexta-feira, que não considera a saída do governo dos ministros Rodolpho Tourinho e Waldeck Ornélas uma ampliação do espaço do PMDB.

— Considero o PFL um partido fundamental na base do governo. Sempre defendi que o presidente mantivesse sua base político-parlamentar. Reconheço que o PFL sempre teve um papel importante para o governo e que o governo deve contar com o PFL — afirmou.

Jader disse acreditar que o presidente Fernando Henrique conversará com as lideranças pefelistas sobre a saída dos dois ministros e da abertura de um espaço que, em sua opinião, "continua pertencendo ao PFL". Ele declarou que ainda não havia conversado com o presidente a esse respeito.

Na avaliação de Jader, "o chefe do Executivo tomou uma decisão

própria do sistema presidencialista, que valoriza a confiança nos ministros". Ele acha que, para o presidente, era politicamente inviável manter Tourinho e Ornélas. E acrescentou que, sob o aspecto político, Fernando Henrique agiu corretamente.

— Foi, como sempre tem sido, uma figura lhana para com seus auxiliares — acrescentou.

Indagado pelos jornalistas sobre a possibilidade de expulsão do senador Antonio Carlos Magalhães (BA) do PFL, Jader respondeu:

— Essa discussão é concernente ao PFL, e não me sinto absolutamente à vontade para emitir qualquer juízo. O que eu tinha que fazer, como presidente do Senado, eu já fiz. São providências relativas aos inquéritos administrativos, inclusive às co-



Jader: FHC tomou "uma decisão própria do sistema presidencialista"

missões, que já estão sendo nomeadas.

Ele acrescentou que, tão logo o PT formalize representação sobre o assunto, tomará "providências de natureza administrativa". E afirmou que não comentaria "os reflexos de natureza política" que isso poderá ter para Antonio Carlos:

— Eu me limito, como presidente da instituição, a tomar as providências que o cargo me impõe, em defesa da imagem e do nome do Senado.

Jader disse ter determinado à Diretoria-Geral do Senado que entre em contato com a Unicamp para que a instituição faça ou indique uma entidade capaz de fazer uma verificação no painel eletrônico de votações do plenário do Senado para que ele possa esclarecer os senadores e a opinião pública sobre a questão.

Roberto Requião pede investigação das denúncias feitas por Antonio Carlos

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu a apuração das denúncias feitas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e publicadas pela revista *IstoÉ*. "Isso é o fundamental", insistiu, considerando pouco relevante discutir se a fita gravada pelo procurador Luiz



Requião: "O país espera que isso seja investigado em profundidade"

Francisco de Souza deveria ou não ter sido publicada.

— O país espera que isso seja investigado em profundidade. Para o homem simples, não há muita preocupação se Luiz Francisco vazou as informações por uma visão particular que ele tenha da ética. O que importa é que o país precisa conhecer a conduta de seus políticos e as relações entre o Senado, o Judiciário e o Executivo — afirmou.

Na opinião de Requião, a ebulição política causada pelas declarações atribuídas a Antonio Carlos tem o mérito de trazer de volta "um caso que a maioria governista tentou sepultar": a atuação do ex-secretário-

geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira como gestor dos fundos de campanha de Fernando Henrique.

— Eduardo Jorge teria a chave do "caixa dois", dos excedentes de campanha, das contribuições feitas sem a devida contabilização — disse o senador, para quem os aliados do presidente tentam "sacralizar Fernando Henrique e satanizar ACM".

A demissão dos ministros politicamente ligados a Antonio Carlos significa, para Requião, mera retaliação e a confissão de que o governo não é montado pela qualidade, mas por acordos políticos.

— Será que os ministros estavam assegurados no governo não pela contribuição que pudessem dar ao país, mas como moeda de troca, pagando o silêncio do senador Antonio Carlos a respeito de fatos vinculados às últimas campanhas eleitorais? — questionou Requião.

Uma CPI seria, para Requião, o

instrumento adequado para atenuar o desgaste provocado por denúncias mútuas dos senadores. "É uma situação extremamente séria que está sendo tratada com extrema leveza pelo Congresso. Parece que os senadores e o Senado estão dizendo à opinião pública que nada têm a ver com isso. Têm, sim."

— Ganha o país se essas questões forem aprofundadas, perde o Brasil se sobre as denúncias se estabelecer o manto do silêncio — completou. Ele defendeu a senadora Heloísa Helena (PT-AL), que, segundo informação publicada na revista, teria votado contra a cassação do senador Luiz Estevão. Para ele, não há dúvidas quanto ao voto favorável à cassação da senadora petista.

— A senadora jamais seria capaz de votar contra a cassação de um senador que teve o comportamento hoje conhecido e comprovado como o de Luiz Estevão — disse Requião, para quem o sistema eletrônico de votação do Senado é inviolável. "Mas, se alguém tivesse quebrado esse sigilo, iria revelar que a senadora votou com o seu partido e com a cassação", frisou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Debate — Artur da Távola e o professor Jorge de Carvalho falam sobre cultura popular e carnaval
7h30 — Entrevista — Senador Ramez Tebet fala sobre o Programa Pantanal
8h — Manifestações Culturais-Brincantes Nordestinos: Maracatus e caboclinhos
8h30 — Saúde/Unip — Andropausa
9h — Cares do Brasil — Belém
9h30 — Entrevista — Senador Eduardo Suplicy fala sobre o sistema penitenciário
10h — Quem Tem Medo da Música Clássica? — Antoním Dvorák — Do mundo novo — parte 1
11h — Espaço Cultural-Armandinho e Yamandú
12h30 — Entrevista — Senador Ramez Tebet fala sobre o Programa Pantanal
13h — Cares do Brasil — Camboriú
13h30 — Debate — Senador Artur da Távola e o professor Jorge de Carvalho falam sobre cultura popular e carnaval

14h30 — CPI do Futebol — (Gravado)
16h30 — Saúde/Unip — Andropausa
17h — Manifestações Culturais-Ciclo Carnaval: Lá vem o frevo
17h30 — Entrevista — Senador Ramez Tebet fala sobre o Programa Pantanal
18h — Quem Tem Medo da Música Clássica? — Antoním Dvorák — Do mundo novo — parte 1
19h — Manifestações Culturais-Ciclo Carnaval: Solto na Folia
19h30 — Debate — Artur da Távola e o professor Jorge de Carvalho falam sobre cultura popular e carnaval
20h30 — Entrevista — Senador Ramez Tebet fala sobre o Programa Pantanal
21h — Manifestações Culturais-Brincantes Nordestinos: Maracatus e caboclinhos
21h30 — Espaço Cultural-Armandinho e Yamandú
23h — Filme-Atlântico Negro — Na rota dos Orixás
24h — Quem Tem Medo da Música Clássica? — Antoním Dvorák — Do mundo novo — parte 1

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Antonio Carlos anuncia rompimento com o governo

Em resposta à decisão do presidente da República de demitir dois ministros, ACM acusou-o de acobertar a corrupção

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) divulgou nota, na sexta-feira, em que rompe com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A nota do senador foi emitida em resposta à demissão, anunciada pelo presidente, dos ministros indicados por Antonio Carlos — Waldeck Ornélas, da Previdência Social, e Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia. Segundo o presidente da República, a demissão se deu porque os ministros não apoiaram o governo diante das constantes denúncias do senador, que atacara os ministros da Integração Nacional, Fernan-

do Bezerra, e dos Transportes, Eliseu Padilha.

O rompimento se deu um dia depois da publicação de uma reportagem da revista *IstoÉ*, que divulga a conversa entre Antonio Carlos e procuradores da República. Na conversa, o senador estimulava os procuradores a investigarem o ex-secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge.



Antonio Carlos diz que vai "revelar verdades que têm sido ocultadas" ao país

Na nota divulgada pelo seu gabinete, Antonio Carlos Magalhães renova suas críticas ao presidente do Senado, senador Jader Barbalho, e ao presidente Fernando Henrique, acusando-o de acobertar a corrupção. Antonio Carlos diz ainda que "revelará ao país as verdades que têm sido ocultadas pelo presidente da República".

PSDB manifesta solidariedade a FHC pela decisão de demitir ministros

A Comissão Executiva Nacional do PSDB e as lideranças do partido no Senado e na Câmara divulgaram nota oficial considerando de baixa credibilidade as declarações supostamente feitas pelo ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e divulgadas na edição desta semana da revista *IstoÉ*. Os signatários do documento também consideraram essencial que se prossigam as investigações sobre as denúncias feitas. O partido considera que o mo-

mento é de grandeza e união em torno dos verdadeiros interesses do povo brasileiro.

A Executiva e as lideranças do PSDB abrem a nota se solidarizando com a decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de demitir os ministros da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, e de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, ambos aliados políticos de Antonio Carlos. O partido também afirma que a coligação partidária que elegeu Fernando Henrique continua fortalecida.

"É triste e lamentável que um político afetado pelos últimos reveses ataque de forma tão leviana a figura honrada e equilibrada do presidente Fernando Henrique", diz a nota do PSDB, ao comentar as declarações atribuídas ao ex-presidente do Senado. O texto da Executiva e dos líderes completa que, "livre de aliados erráticos, o presidente tem uma imensa tarefa a desempenhar, em companhia daqueles que unem a capacidade de administrar ao respeito à vontade da nação".

Mozarildo Cavalcanti lamenta morte de grão-mestre-geral maçônico

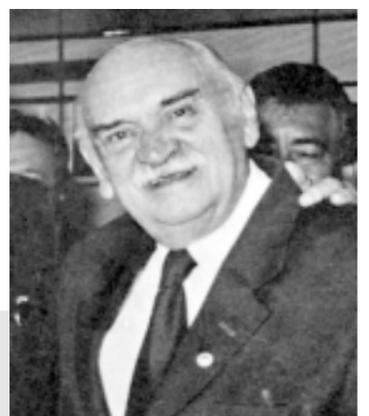
O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou na sexta-feira seu pesar pelo falecimento, em 21 de janeiro, de Francisco Murilo Pinto, grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil (GOB), organização maçônica sediada em Brasília.

Também maçom, o senador leu em plenário o anúncio da morte, publicado pelo jornal *Esquadro*, e informou que Francisco Murilo Pinto foi sepultado no dia 22, no Cemitério de Congonhas (SP).

Mozarildo destacou que o grão-

mestre-geral substituto, Manoel Rodrigues de Castro, decretara luto oficial por 21 dias em toda a jurisdição do GOB, que inclui 26 estados. O mesmo chefe maçônico assinou mensagem convocando eleição para preenchimento dos cargos de grão-mestre-geral e grão-mestre-adjunto, também vago.

Francisco Murilo Pinto era grão-mestre-geral do Grande Oriente do Brasil (GOB)



Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Machado aponta falência do sistema penitenciário nacional

Preocupado com ociosidade nos presídios, que atinge 40% da população carcerária, senador quer envolver presos em atividades produtivas

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), manifestou sua preocupação diante da falência do sistema penitenciário nacional, fato que a recente rebelião em mais de 20 presídios paulistas, na opinião do senador, deixou bem claro. Lembrando o velho ditado segundo o qual "mente vazia, moradia do diabo", Machado disse considerar inaceitável que 40% dos presos se mantenham ociosos.

O senador conclamou os parlamentares a propor iniciativas que venham a elevar o percentual de presos envolvidos em atividades produtivas. "Há soluções simples e conhecidas, que muitas vezes esbarram na burocracia, no modo de as autoridades pensarem as prisões e os detentos. Atualmente, 27% se ocupam de serviços internos das uni-



Machado considera urgente a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública, anunciado pelo governo

dades e 33% têm atividade remunerada", disse.

Machado afirmou, no entanto, que a melhor estratégia é, certamente, prevenir o crime e, consequentemente, reduzir o número de presos. Nesse contexto, opinou, o

investimento em organização e gestão comunitária, bem como na aliança com movimentos legítimos, organizados em periferias e favelas de grandes centros, pode construir parcerias capazes de evitar o crime, livrando essas comunidades do poder dos marginais e dos falsos benefícios dos bandidos.

Segundo Sérgio Machado, é urgente, também, a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública, anunciado pelo governo federal, com investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões, para complementar as ações dos governos estaduais e ampliar a ação federal direta no combate às drogas e ao tráfico de armas e no controle de fronteiras. "Esses recursos podem e devem ser usados na integração das políticas sociais de segurança pública e de ações comunitárias para prevenir o crime e reduzir a impunidade", concluiu.

Para João Alberto Souza, presos tentam constituir poder paralelo

As rebeliões ocorridas simultaneamente em 27 presídios de São Paulo, no domingo, dia 18, foram qualificadas pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA) como "uma demonstração de força nunca vista anteriormente, exibida para deixar claro que o controle dos presídios brasileiros não está nas mãos do Estado".

— Está, sim, sob o comando dos presos — completou.

Na avaliação do parlamentar, essa é só mais uma das razões pelas quais a sociedade não está tranquila. A descrença da população em relação à capacidade do poder público de enfrentar o problema aumenta, segundo o senador, quando os próprios poderes constituídos se desentendem quanto à interpretação das leis e quanto ao trato a dar aos criminosos.

Para João Alberto, a crescente violência nos presídios é decorrente da postura negligente do governo, que não tomou nenhuma medida para conter o uso de celulares por parte dos presos. Soma-se a isso, continuou o senador, o fato de o mesmo governo que combate o crime permitir o

comércio de armas, na sua visão algo tão contraditório quanto inaceitável.

Baseando-se em matérias de jornais, João Alberto disse que o grau de organização dos presos reflete o poder dos marginais nas ruas. Segundo *O Globo* de 20 de fevereiro, "o poder por trás das grades é espelho do poder nas ruas". O senador ressaltou que a questão dos celulares já o preocupa há algum tempo. Lembrou que no dia 22 de novembro passado encaminhou à Consultoria Legislativa do Senado Federal solicitação de projeto de lei proibindo a disponibilidade e o uso desse meio de comunicação por detentos.

A respeito das armas, depois de mencionar que estatísticas informais falam em mais de 20 milhões de armas de fogo em situação irregular no Brasil, o senador lembrou que existe no Congresso Nacional um projeto do governo no sentido de proibir a sua venda.

Mesmo condenando qualquer brutalidade contra os presos e considerando essencial o respeito aos



João Alberto alerta que o controle dos presídios brasileiros não está nas mãos do Estado, mas sim dos presos

direitos humanos, o senador entende que presídios não podem ser "um lugar bom para lá ficar". João Alberto Souza parabenizou a intervenção de forças do Estado para conter a violência nos presídios e entende que é dessa maneira que se mantém a ordem. Ele argumentou que não se deve abrir brechas para que as organizações marginais ocupem espaço e cometam barbaridades.

Mozarildo quer tornar obrigatório estágio de médico no interior

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) elogiou na sexta-feira, em plenário, projeto do Ministério da Saúde que determina a contratação de médicos para servirem no interior do país, mas ponderou que a medida pode tornar-se inócua se não for compulsória.

Como médico, o senador disse que conhece as dificuldades e duvida que haja adesão dos profissionais, que preferem trabalhar nas regiões Sul e Sudeste. Para diluir essa concentração regional, Mozarildo observou que tramita no Senado projeto de sua autoria que cria uma espécie de estágio remunerado para que médicos recém-formados atendam em municípios mais necessitados de assistência à saúde.

Para o senador, o problema da falta de médicos em alguns locais só será resolvido com a interiorização da oferta desses profissionais. Em Roraima, observou, não fosse a presença de médicos de Cuba e do Peru, a população esta-



Mozarildo elogia projeto do Ministério da Saúde, mas teme que iniciativa se torne inócua

ria totalmente abandonada.

Lamentavelmente, na opinião de Mozarildo, o poder público não tem enfrentado o problema da excessiva concentração de médicos em algumas regiões. O Ministério da Saúde, acrescentou, tem focalizado suas ações na área relativa a medicamentos, o que torna ainda mais auspiciosa a medida anunciada.

Patrocínio apóia política de Serra de estímulo à produção de genéricos

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) elogiou o acerto da política e o ritmo com que o Brasil entrou na "era dos medicamentos genéricos" e manifestou sua satisfação com o trabalho desenvolvido pelo ministro da Saúde, José Serra. "A comercialização de medicamentos genéricos veio para dar um basta aos elevados e abusivos preços desses produtos no país", afirmou.

Ele destacou que, só no período de 2 de fevereiro a 25 de setembro, nos primeiros oito meses de colocação dos genéricos no mercado brasileiro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou 154 registros de 74 diferentes fármacos, produzidos por 13 laboratórios.

Segundo Patrocínio, a política brasileira de medicamentos salienta o uso dos genéricos, estipula a adoção obrigatória de nomes genéricos em todas as compras públicas e promove a prescrição e o uso desses medicamentos como um de seus componentes principais. Ele disse



"A expansão do mercado de genéricos é promissora", afirma Carlos Patrocínio

que ainda há um longo caminho a ser percorrido no Brasil antes que as pessoas possam obter todos os medicamentos de que necessitam.

"A expansão do mercado de genéricos é promissora. Na Grã-Bretanha, os medicamentos genéricos representam 65% do mercado, e, nos Estados Unidos, a metade do mercado, em termos de volume — uma das maiores fatias do mercado em todo o mundo", explicou.

Para Wellington, críticos da globalização são ingênuos

O senador Wellington Roberto (PMDB-PB) considera a negação pura e simples da globalização “uma atitude ingênua e pueril, que merece mais do que auxilia os países periféricos”. Analisando os resultados dos fóruns internacionais realizados em janeiro em Davos (Suíça) e em Porto Alegre (RS), ele afirmou que a globalização é resultado do estágio de desenvolvimento tecnológico a que chegou a Humanidade.

Também disse que, ao se negar a globalização, como, em sua opinião, pretendeu fazer o Fórum de Porto Alegre, deixa-se de discuti-la e de submetê-la a regras elementares de ética e de justiça, ficando o seu controle a serviço de interesses que geram injustiças e agravam desigualdades.

— A tecnologia de comunicação, de que a Internet é apenas um dos instrumentos mais fascinantes e corriqueiros, coloca o mundo literalmente na residência de cada indivíduo. A televisão e o rádio trazem a informação em tempo real. Um simples comando no computador faz com que as pessoas transfiram dinheiro e façam com-



Wellington Roberto acredita que a globalização traz oportunidades novas para os países periféricos

pras *on line* para qualquer país do mundo. Tudo isso é globalização, um processo que transpõe fronteiras e põe em xeque conceitos clássicos de soberania — explicou.

Wellington ressaltou que, num primeiro momento, os países ricos tiram proveito, manipulam e tentam deter o comando de um processo que é uma via de mão dupla.

— A globalização traz também oportunidades de negócios para os países periféricos, conectando-os com mercados antes inacessíveis e proporcionando troca de informações em escala jamais vista — analisou o senador.

Lauro quer fim de exigência abusiva de diploma superior

Projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) proíbe a “exigência discriminatória de diploma universitário na contratação de empregados”, inserindo norma na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto visa facilitar a conquista de empregos por pessoas com nível secundário, determinando que o diploma seja exigido apenas diante de razões técnicas ou científicas que o justifiquem como pré-requisito. O empregador que infringir a norma receberá multa de R\$ 1,5 mil.

Segundo Lauro Campos, o desemprego tem assolado o país e acaba desencadeando práticas discriminatórias no momento de contratar um empregado. Por isso, sem qualquer razão técnica, várias empresas passaram a exigir curso superior para cargos que não requerem uma formação desse tipo. Para ele, a presença de muitos jovens egressos das universidades nas filas de desempregados pode ser uma

das causas dessa distorção.

— Esse tratamento contraria o princípio constitucional que proíbe distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual — disse, chamando de “odiosa” a discriminação.

Para o senador, embora profissionais de curso superior sejam de fato diferenciados, na maior parte dos empregos, essa distinção não tem sentido. Ele também critica a exigência de “boa apresentação” de candidatos a emprego.



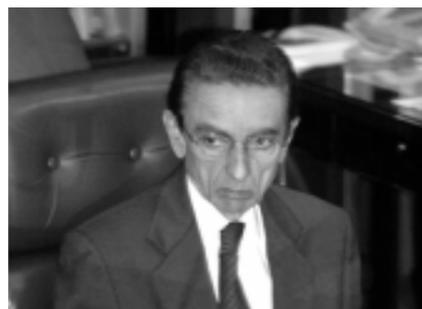
Lauro Campos: o desemprego leva várias empresas a exigirem título superior sem necessidade

Lobão faz balanço positivo dos três primeiros anos da Aneel

Agência, diz senador, tem conseguido contribuir para o aumento da oferta energética e para melhor atendimento ao consumidor

Nos seus três anos de existência, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) registra um saldo bastante positivo no cumprimento dos objetivos que orientaram sua criação, disse o senador Edison Lobão (PFL-MA). Depois de fazer um balanço das metas da Aneel de universalizar o fornecimento de energia, responder com mais oferta ao acréscimo de demanda por energia elétrica, fiscalizar o desempenho das concessionárias e assegurar atendimento adequado aos consumidores, Lobão cumprimentou a diretoria do órgão pelo trabalho desenvolvido.

Dados do IBGE, citou o senador, evidenciam que, em 1996, 92,3% das residências brasileiras eram servidas por luz elétrica. Em 2000, esse índice subiu para 94,5%, disse, lembrando que a meta do governo federal é assegurar a universalização do fornecimento até 2005.



Percentual de lares brasileiros com luz elétrica passou de 92,3% para 94,5%, ressaltou Lobão

Paralelamente, segundo Lobão, a Aneel está estabelecendo as condições de aumento da oferta de energia para suprir o crescimento da demanda previsto para os próximos anos, conforme programas inscritos no Plano Plurianual 2000/2003. Para tanto, a Aneel também busca, segundo informou o senador, aumentar a participação de usinas termelétricas e de fontes de energia renováveis — como a eólica e a solar — no sistema de fornecimento.

Entre as ações de fiscalização

da Aneel destacadas por Lobão, estão o acompanhamento dos níveis de tensão de energia e das falhas no abastecimento, que resultaram na aplicação de várias punições, particularmente em relação aos “apagões” ocorridos em março de 1999.

Quanto à melhoria do atendimento aos consumidores, o senador referiu-se às campanhas nacionais de esclarecimento promovidas pela Aneel sobre direitos dos consumidores e obrigações das concessionárias.

Cândido condena permissão para que o Ministério da Defesa gere receita

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) alertou para as mudanças que as Forças Armadas poderão sofrer caso seja aprovado na Câmara projeto autorizando o Ministério da Defesa a qualificar seus órgãos e entidades como centros de prestação de serviços (CPS). Cândido disse que o projeto não estabelece quais seriam os órgãos e entidades que gozariam do *status* jurídico de CPS. “Essa determinação ficará a cargo, exclusivamente, do Ministério da Defesa.”

Cândido explicou que a área de atuação dos centros de prestação de serviços é extensa e pode incluir atividades industriais e de apoio de base, pesquisa e desenvolvimento, atendimento médico-hospitalar, abastecimento, suprimento, engenharia, ensino e cultura. O senador acredita que, sendo aprovado o projeto em sua forma original, qualquer órgão ou entidade do Ministério da Defesa poderá, “em tese”, ser qualificado como CPS.

Para ele, é ilógico supor que

Projeto, afirma Geraldo Cândido, permite a entidades do Ministério da Defesa atuarem como “empresas públicas”



todos os órgãos e entidades do Ministério da Defesa, por serem de natureza militar, estariam aptos a prestar serviços para outros órgãos do Executivo ou para a iniciativa privada. Ele questionou se não seria conveniente que o projeto determinasse quais órgãos e entidades do governo quer qualificar como CPS para que o Congresso possa analisar com mais objetividade a matéria.

Outra preocupação do parlamentar está no fato de os CPSs terem como objetivo principal a prestação de serviços pagos — a serem descritos em contrato de gestão —

a outros órgãos da estrutura governamental e a particulares, nacionais ou estrangeiros.

— Se as entidades e órgãos do Ministério da Defesa, qualificados como CPSs, poderão gerar receita, por meio da prestação de serviços a particulares, não seriam tais entes verdadeiras empresas públicas? Será lícito ao Congresso conceder ao Executivo o poder de criar, via decreto ou portaria, instituições que poderão atuar como verdadeiras empresas públicas ou autarquias, sem que lei específica as tenha criado? — questionou Geraldo Cândido.